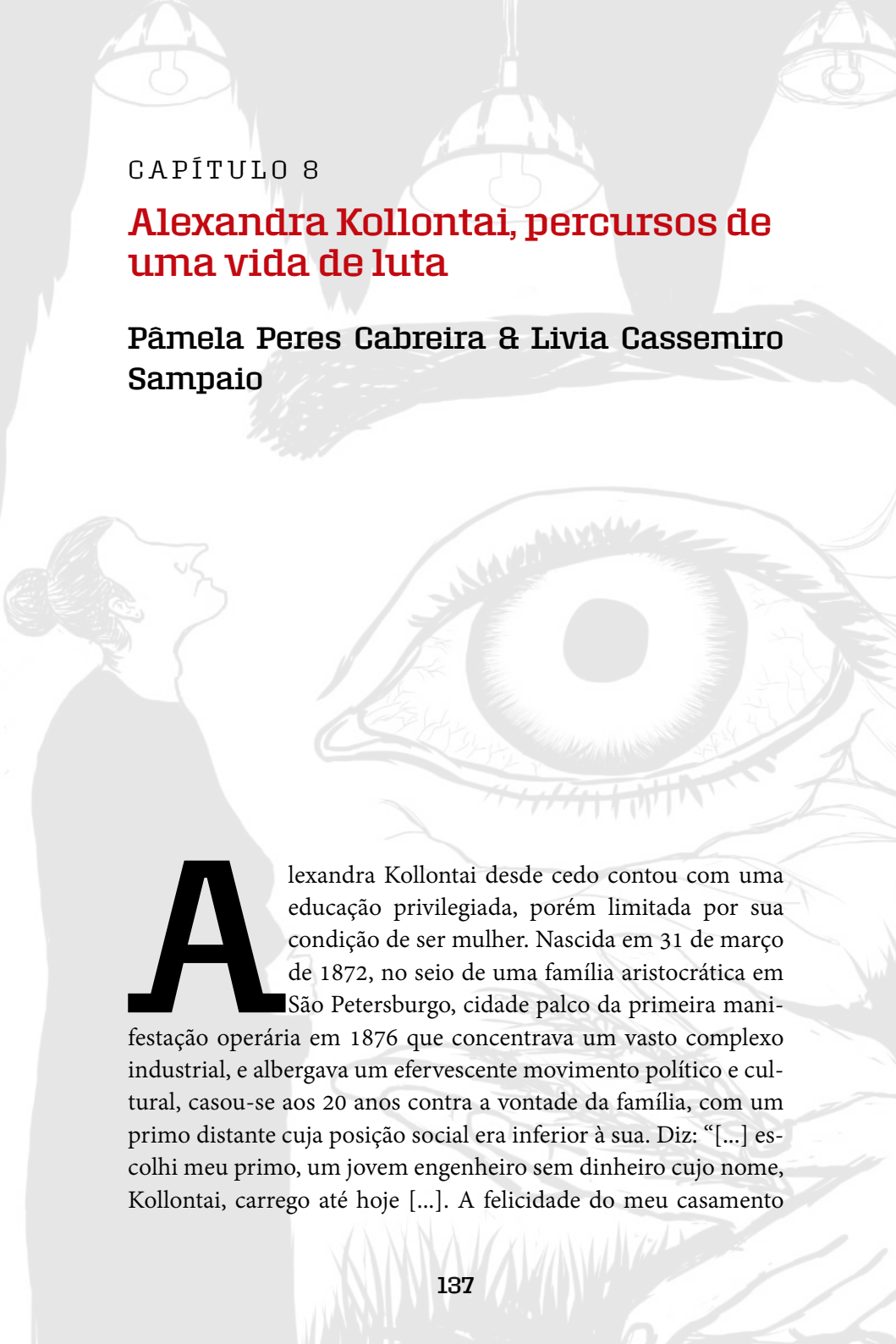




CAPÍTULO 8

Alexandra Kollontai, percursos de uma vida de luta

Pâmela Peres Cabreira & Livia Cassemiro Sampaio

Alexandra Kollontai desde cedo contou com uma educação privilegiada, porém limitada por sua condição de ser mulher. Nascida em 31 de março de 1872, no seio de uma família aristocrática em São Petersburgo, cidade palco da primeira manifestação operária em 1876 que concentrava um vasto complexo industrial, e albergava um efervescente movimento político e cultural, casou-se aos 20 anos contra a vontade da família, com um primo distante cuja posição social era inferior à sua. Diz: “[...] escolhi meu primo, um jovem engenheiro sem dinheiro cujo nome, Kollontai, carrego até hoje [...]. A felicidade do meu casamento

mal durou três anos. Eu ainda amava meu marido, mas a vida feliz de uma esposa e um marido tornou-se para mim uma ‘jaula’”.¹

Em uma relação contraditória com a maternidade e as obrigações que lhe eram impostas enquanto esposa, fez com que essas experiências a ajudassem a elaborar e analisar as condições das mulheres e a sua luta contra a opressão de gênero e seus interesses voltaram-se para a classe trabalhadora revolucionária russa. Desde cedo Kollontai apresentou sua inconformidade com a situação social da Rússia czarista. Como registou em sua autobiografia: “Eu não poderia levar uma vida feliz e pacífica enquanto a classe trabalhadora estava tão terrivelmente escravizada”.² Já em 1894 dava aulas noturnas em sua cidade natal e era voluntária na Cruz Vermelha, onde atendeu presos políticos de forma clandestina. Em 1896, agiu ativamente nas campanhas grevistas da indústria têxtil.

Em 1898, Kollontai deixa seu marido e filho para estudar economia política em Zurique, e quando retorna a São Petersburgo, em 1899 adere ao clandestino Partido Social Democrata Russo (POS DR), onde aprofunda leituras e trabalha como escritora e propagandista. Nessa altura já não reside com o esposo, “por maior que fosse meu amor por meu marido, assim que ele transgredia certo limite em relação à minha disposição feminina para fazer sacrifícios, a revolta crescia em mim novamente. Eu precisava partir eu tinha que me separar do homem que escolhi, pois do contrário (esse era um sentimento inconsciente) me exporia ao risco de perder minha identidade própria”.³

1. Procuramos seguir os passos da autora, dando prioridade aos dados biográficos descritos pela própria Kollontai, a partir de sua obra: Kollontai, Alexandra. (2007). *Autobiografia de uma mulher comunista sexualmente emancipada*. São Paulo: Editora Sundermann, p.34.

2. Ibidem, p.35.

3. Kollontai, Alexandra. (2007). *Autobiografia de uma mulher comunista sexualmente emancipada*. São Paulo: Editora Sundermann, p. 39.

Kollontai se une aos bolcheviques em 1904, mas em 1908 junta-se a fração menchevique “[...] tendo sido forçada a isso pela postura hostil tomada pelos bolcheviques em relação à Duma”. Entre os anos de 1905 e 1908 dedica-se à luta das mulheres trabalhadoras, ajudando-as a se organizarem no enfrentamento ao patronato, contra o feminismo burguês, conservadorismo e machismo nas fileiras socialistas. Entretanto, encontra oposição no partido: “Meus camaradas de partido acusaram a mim e àquelas mulheres que compartilhavam meu ponto de vista de sermos ‘feministas’ e atribuir demasiada ênfase às questões que diziam respeito apenas às mulheres”.⁴

Suas lutas teriam consequências dentro de um regime autoritário como o czarista, do qual foi exilada do final de 1908 até 1917. Kollontai conta que foi “forçada a fugir antes do fim do congresso porque a polícia tinha seguido a minha trilha. Eu consegui cruzar a fronteira com a Alemanha, então, em dezembro de 1908, teve início um novo período da minha vida, o da emigração política”.⁵ Neste período ela viajou para os EUA, Grã-Bretanha, Dinamarca, Suécia, Bélgica e Suíça; aderiu ao Partido Social-democrata Alemão “no qual tinha muitos amigos pessoais, dentre os quais especialmente Karl Liebknecht, Rosa Luxemburgo, Karl Kautsky. Clara Zetkin também tinha uma grande influência na minha atividade de definir os princípios do movimento das mulheres trabalhadoras na Rússia”. No período do exílio em que esteve na Suécia, Kollontai trabalhou contra a guerra em solidariedade internacional da classe trabalhadora mundial; conta que realizou “um chamado às mulheres trabalhadoras, [que] encontrou seu caminho, por vias clandestinas, até a Rússia e outros diferentes países”.⁶ Kollontai mostrava-se otimista com as declarações de Trotsky e

4. Ibidem, p. 40

5. Idem.

6. Ibidem, p. 50.

Lenin, declarando que “embora participassem a frações diferentes no partido, tinham-se levantado ativamente contra a guerra”.⁷ Pela propaganda antiguerra, acaba por ser presa pelas autoridades suecas e posteriormente banida para a Dinamarca.

Em 1915, Kollontai volta a se juntar aos bolcheviques, e passou “a manter uma correspondência vívida com Lenin”.⁸ Seu retorno à Rússia em março de 1917 é sentido com comoção pela comunista... “Eu estava pisando o solo republicano da Rússia liberta!”.⁹ Em abril, Kollontai torna-se a única mulher membro do executivo soviético. Começou seu envolvimento com o jornal feminino bolchevique *Rabotnitsa* (que significa, “trabalhadora”), chamando a atenção dos bolcheviques e dos sindicatos à organização das mulheres trabalhadoras e por seus direitos. Em maio de 1917, em suas próprias palavras, “[...] participei da greve das trabalhadoras de lavanderia, que reivindicava que todas as lavanderias fosse ‘municipalizadas’. A luta durou seis semanas. Não obstante, a principal reivindicação das trabalhadoras de lavanderias não foi atendida pelo regime de Kerensky”.¹⁰ É presa pelo governo provisório e foi posta em liberdade apenas em setembro de 17.

Kollontai organizou a Primeira Conferência das Mulheres Trabalhadoras que “coincidiu com a derrubada do Governo Provisório e o estabelecimento da República Soviética”,¹¹ onde nasceu o *Genitdel* (“Seção da Mulher”), departamento criado com a intenção de denunciar e criar condições de mudança para a vida da mulher russa. Juntamente com Inês Armand, fundou a revista *Kommunistiska* que abordava temas como sexualidade, aborto e divórcio, integrando-se ao conselho editorial e reforçando as

7 Ibidem, p. 51.

8. Kollontai, Alexandra. (2007). *Autobiografia de uma mulher comunista sexualmente emancipada*. São Paulo: Editora Sundermann, p. 52.

9. Ibidem, p.55.

10. Ibidem, p. 61.

11. Ibidem, p.64.

pautas de um feminismo de classe. Durante o Governo Soviético, relata: “fui a primeira mulher da História a ser reconhecida como membro de um governo”.¹² Entre outubro de 1917 a março de 1918, ocupou o cargo de comissária do povo ao Bem-Estar-Social. Neste cargo, trabalhou, dentre muitas outras coisas, para “abolir a instrução religiosa nas escolas, [...] introduzir o direito à auto-administração para as estudantes nas escolas para meninas, [...] elaborar o sistema público e gratuito de saúde, [...] a criação do Escritório Central ao Bem-Estar Materno e Infantil, [...] estabelecer as bases para um sistema governamental abrangente de cuidado pré-natal, [...] nacionalizar o atendimento materno infantil”.¹³

Kollontai se aproximou do trabalho junto das mulheres do partido bolchevique. Participou na fração da Oposição Operária, a partir do X Congresso do Partido, contrárias a burocratização do partido, apelaram ao controle operário das instituições e indústrias, sendo derrotados. Renunciou ao cargo como comissária, segundo ela, por estar em “desacordo com a política atual”.¹⁴ Kollontai expressou em sua visão, especificamente, sobre como ainda persistiam algumas condições das mulheres e ressaltava que a maternidade deveria ser considerada uma função social. “No fim das contas, havia ainda a tarefa infinda, a libertação das mulheres. As mulheres, é claro, tinham recebido todos os direitos, mas na prática, é claro, viviam ainda sob a velha opressão: sem autoridade na vida familiar, escravizadas por mil tarefas domésticas, carregando todo o fardo da maternidade”.¹⁵

Sob a direção da Coordenação para o Trabalho entre as Mulheres, conseguiu a aprovação da lei que liberava o aborto, somada

¹² Ibidem, p.65.

¹³ Ibidem, pp. 67-69.

¹⁴ Kollontai, Alexandra. (2007). *Autobiografia de uma mulher comunista sexualmente emancipada*. São Paulo: Editora Sundermann, p. 71.

¹⁵ Idem.

a um “grande número de regulamentações em benefício das mulheres”,¹⁶ com o apoio de Lenin e de Trotsky que, segundo Kollontai, “embora sobrecarregados com tarefas militares, apareciam infalivelmente e de bom grado em nossas conferências”.¹⁷

Sua trajetória a partir da chegada de Josef Stalin como secretário-geral, em 1922, altera-se significativamente. Kollontai é nomeada diplomata para atuar fora da URSS, uma clara demonstração de tentativa de calar a sua voz contra o regime stalinista que se instalava. Sendo a primeira mulher a ser “oficialmente ativa como ‘embaixadora’”,¹⁸ alcançou notáveis laços entre a URSS e a Noruega.

A vida de Kollontai se confunde com a sua própria produção e militância, pois quando se trata da opressão de gênero, para nós mulheres essa opressão é visceral, faz parte do nosso cotidiano, diz respeito a todas as nossas relações. Porém, ela contrariou a seu próprio privilégio de classe ao compreender e combater as limitações do capitalismo, dedicando-se à revolução socialista.

Convicta, Kollontai nos demonstra a sua assertividade quando as vitórias das mulheres trabalhadoras andaram lado-a-lado com o desenvolvimento da Revolução Russa. Ana Barradas enumera estes logros no seu texto *A família na União Soviética. Crise e reconstrução 1917/1944* (2017),¹⁹ dentre eles, a criação do código de família soviético que, diferente da sociedade capitalista, garante os direitos e autonomia às mulheres, como a facilidade ao acesso legal ao divórcio para as/os trabalhadoras/es, casamento e registro das/dos filhas/os e do estado civil no âmbito do Estado. Além de

16. Ibidem, p. 73.

17. Ibidem, pp. 73-74.

18. Ibidem, p. 77.

19. Barradas, Ana. (2017). *A família na União Soviética. Crise e reconstrução 1917/1944*. Disponível em <<https://bandeiravermelha123.wordpress.com/2017/02/05/a-familia-na-uniao-sovietica-crise-e-reconstituicao-19171944/>>. Acesso em 24 de novembro de 2022.

reconhecer “à mulher o direito à autodeterminação econômica, social e sexual” (2017), retirando o marido como figura central da família; a abolição do *status* de filho ilegítimo, assim como das leis penais contra o adultério, homossexualidade e o incesto; criação de um Instituto de proteção da maternidade e infância. Isto ainda no ano de 1917, primeiro ano da revolução.

Em 1918, foi instituída a educação mista, garantindo a igualdade de gênero na educação formal. Em 1920 a legalização do aborto clinicamente assistido, gratuito e de acordo com a vontade da mulher e a proibição do aborto clandestino, visando não apenas à mulher o direito ao corpo, mas à sua própria vida. E na primeira Constituição da União Soviética de 1918, foi garantido o direito político às mulheres, como direito ao voto e de serem eleitas a cargos públicos.

A sua dedicação ao feminismo e à revolução proletária não é algo contraditório. Para Kollontai, não há libertação das mulheres trabalhadoras estando presas aos grilhões do capitalismo. Neste sistema econômico, as vitórias das mulheres são apenas parciais e temporárias. Fato observado nas ascensões de regimes de extrema-direita ao longo do século XX, mas também com sua sombra no século XXI, recrudescendo processos democráticos, retroagindo direitos que muitos consideravam consolidados, como a recém proibição ao aborto nos Estados Unidos da América. Esse é um dos motivos que torna os seus escritos tão atuais, mesmo depois de um século.

Nesta nossa tradução do seu artigo *As relações entre os sexos e a luta de classes*, a relação entre a vivência de Kollontai através do seu casamento com o seu primo, seguido do rechaço de sua família e a sua condição enquanto uma mulher aristocrática, coloca-se em contraste mas ao mesmo tempo em aproximação com a vida das mulheres trabalhadoras, muito certamente elementos que contribuíram para a elevação de sua teoria marxista e feminista.

Kollontai é atual porque não superamos o capitalismo e o machismo. Ela ainda é uma inspiração e uma leitura obrigatória para todas aquelas que pretendem compreender a opressão patriarcal de forma completa, não se limitando aos jargões e vícios do feminismo burguês. E neste contexto de perda de direitos, precarização do trabalho, de racismo, machismo e LGBTQI+ fobia, Kollontai se faz mais que necessária.

As relações entre os sexos e a luta de classes²⁰

Entre os múltiplos problemas que perturbam a mente e o coração da humanidade, um dos principais é, sem dúvidas, o problema sexual. Não há uma só nação, um só povo em que a questão das relações entre os sexos não adquira cada dia um caráter mais violento e doloroso. A humanidade contemporânea atravessa uma crise sexual que não é apenas aguda em sua forma, mas uma crise que se prolonga e que, portanto, é muito mais grave e difícil de resolver.

Provavelmente não houve, em todo o curso da história da humanidade, nenhuma época em que os problemas sexuais tenham ocupado na vida da sociedade um lugar tão importante, nenhuma outra época em que os problemas entre os sexos tenham concen-

20. Tradução realizada pelas autoras através de três versões distintas, duas delas em livre acesso através do fundo marxists.org: “Las relaciones sexuales y la lucha de clases”, traduzido por Tamara Ruiz em 2011 a partir de uma versão inglesa de 1977. Disponível em: <https://www.marxists.org/espanol/kollontai/1911/001.htm>. Acesso em 10 de novembro de 2022. “As relações entre os sexos e a luta de classes”, traduzido por Maria Luiza Oliveira da versão espanhola. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/kollontai/1911/mes/luta.htm>. Acesso em 10 de novembro de 2022. A terceira edição que me serviu de apoio está inserida no livro *El amor y la mujer nueva: textos escogidos* – Alexandra Kollontay. Ituzzaingó, Provincia de Buenos Aires, pp. 127-155, 2017. Texto original escrito em 1911.

trado sobre si, como que por magia, os olhares atormentados de milhões de pessoas. Em nossa época, mais do que em nenhuma outra da história, os dramas sexuais constituem fonte inesgotável de inspiração para os artistas de todos os gêneros.

Quanto mais a crise se prolonga, mais ela adquire um caráter crônico, mais parece que a situação atual não tem saída, e mais a humanidade contemporânea lança-se ardentemente sobre todos os meios possíveis para encontrar uma solução para esse “maldito problema”. Porém, a cada nova tentativa, mais se complica o complexo emaranhado das relações entre os sexos, dando-nos a impressão de que seria impossível descobrir um único fio que nos serviria para desatar o nó impossível. A humanidade se debate assustada, precipita-se de um extremo ao outro, mas o círculo mágico da questão sexual permanece tão hermeticamente fechado como antes.

“É preciso retornar aos velhos tempos, restabelecer os antigos costumes familiares, reforçar as normas tradicionais da moral sexual”, dizem os conservadores da sociedade. “É preciso destruir todas as hipocrisias ditadas pelo código da moral sexual; é chegada a hora de se abandonar esta velharia inútil e incômoda... A consciência individual, a vontade individual de cada um é o único legislador em uma questão de caráter tão íntimo”, se ouve afirmar entre os burgueses individualistas. “A solução para os problemas sexuais só poderá ser encontrada com o estabelecimento de uma nova ordem social e econômica, uma transformação radical da sociedade atual”, afirmam os socialistas. Porém, esta recorrência ao futuro não indica que tampouco nós conseguimos apoderar-nos do fio condutor para as nossas mãos? Não deveríamos, pelo menos, encontrar ou localizar este “fio condutor” que promete desvendar o nó, neste exato momento? O caminho desta busca é a mesma história das sociedades humanas, a história da interrup-

ta luta de classes e dos grupos sociais diversos, em oposição por seus próprios interesses e tendências.

Não é a primeira vez que a humanidade atravessa um agudo período de crise sexual. Não é a primeira vez que as aparentemente firmes e claras prescrições da moral cotidiana, no domínio das relações sexuais, são apagadas sob a onda de novos ideais sociais. A humanidade atravessou uma crise sexual especialmente aguda durante os períodos do Renascimento e da Reforma, quando um formidável movimento social fez retroceder ao segundo plano a aristocracia feudal, até então orgulhosa de sua própria nobreza, acostumada em dominar sem comparação, e preparou o terreno para um novo poder social que crescia com grande força: a burguesia ascendente. O código moral sexual do mundo feudal, nascido no seio da sociedade aristocrática, com um sistema de economia comunal e baseado nos princípios autoritários de castas – com a sua forma de suprimir vontades individuais de pessoas que se encontravam isoladas deste regime –, chocou-se com o novo código, que era diverso, da moral sexual da classe burguesa em formação. A moral sexual da burguesia derivava de princípios radicalmente opostos aos princípios morais mais essenciais do código feudal: ao invés de um princípio de castas, aparecia uma severa individualização, surgiam os limites estritos de uma pequena família burguesa. O fator de colaboração, essencial na sociedade feudal, característica de sua economia comunal, tanto como da economia regional, era substituído pelo princípio da concorrência. Os últimos vestígios de ideias comunais, próprias dos diversos graus de evolução das castas, foram varridos pelo triunfante princípio da propriedade privada individualizada, isolada.

A humanidade, perdida durante o processo de transição, tateou durante séculos, entre dois códigos sexuais tão diversos, tratou de adaptar-se à situação, até o momento em que o comple-

xo laboratório da vida transformou as velhas normas em um novo molde, alcançando assim, ao menos, uma harmonia formal.

Porém, durante esta época de transição, tão viva e cheia de cor, a crise sexual, apesar de revestida de caráter crítico, não se apresentou de uma forma tão grave e ameaçadora como em nossa época. Isto se deveu ao fato de que, durante os gloriosos dias do Renascimento, durante aquele novo século, iluminado pela nova cultura espiritual que coloria o agonizante mundo da Idade Média, pobre de conteúdo, apenas uma parte relativamente reduzida da sociedade experimentou a crise sexual. O estrato social mais importante da época, o campesinato, sofreu as consequências da crise sexual apenas indiretamente, uma vez que os fundamentos econômicos em que esta classe social se baseava foram lentamente transformados ao longo dos séculos, ou seja, apenas na medida em que as relações econômicas no campo evoluíram.

As duas tendências opostas lutaram nos estratos superiores da sociedade. Foi aí que os ideais e normas de duas concepções diferentes da sociedade se confrontaram, e foi precisamente aí que a crise sexual, cada vez mais grave e ameaçadora, tomava suas vítimas. Os camponeses, relutantes a qualquer inovação, uma classe ligada aos seus princípios, continuaram a apoiar-se nos velhos pilares das tradições ancestrais, e o código inabalável da moralidade sexual tradicional só foi transformado, suavizado e adaptado às novas condições da sua vida econômica sob a pressão de uma grande necessidade. A crise sexual durante o período de luta aguda entre o mundo burguês crescente e o mundo feudal não afetou a “classe tributária”, e quanto mais os estratos superiores da sociedade rompiam os velhos hábitos, mais a classe camponesa apegava-se às suas tradições. Apesar de todas as tempestades que desabavam sobre as suas cabeças, que abalavam até o solo que pisavam, a classe camponesa em geral, e particularmente os campo-

neses russos, tentaram conservar durante séculos inteiros em seu estado primitivo os princípios básicos de seu código moral sexual.

O problema da nossa época apresenta um aspecto totalmente distinto. A crise sexual da nossa época não perdoa sequer a classe camponesa. Como uma pandemia, ela aflige, sem reconhecer “alturas ou fileiras”, contamina os palácios, as aldeias e os bairros operários cheios de trabalhadores, penetra nos lares burgueses, abre caminho até à miserável e solitária aldeia russa, elege suas vítimas, tanto nos palacetes habitados por burgueses europeus como nos húmidos sótãos da família operária e nos enegrecidos casebres do campesinato. Para a crise sexual não há obstáculos nem cadeados. É um profundo erro acreditar que a crise sexual só alcança os representantes das classes que têm uma posição econômica e materialmente segura. A indefinida inquietação da crise sexual franqueia, cada vez com maior frequência, a porta das habitações operárias, causando dramas que à mercê de sua nefasta violência, são absolutamente comparáveis aos conflitos psicológicos produzidos no refinado mundo da burguesia.

Porém, justamente porque a crise sexual não ataca somente os interesses dos “que tudo possuem”, precisamente porque estes problemas sexuais afetam também uma classe social tão numerosa como o proletariado de nossos tempos, é incompreensível e imperdoável que esta questão vital, essencialmente violenta e trágica, seja considerada com tanta indiferença. Entre as múltiplas tarefas fundamentais a que está incumbida a classe trabalhadora, está sem dúvidas a construção de relações sexuais mais sadias e que tornem a humanidade mais feliz.

De onde vem a nossa imperdoável indiferença face às tarefas básicas da classe trabalhadora? Como explicar a hipocrisia ao se menosprezar o problema sexual ao domínio dos “assuntos familiares” e por que negamos a este problema a energia e atenção da coletividade? As relações entre os sexos e a elaboração de um

código sexual que regulamente estas relações aparecem na história da humanidade, de maneira invariável, como um dos fatores da luta social. Nada mais certo do que a influência fundamental e decisiva das relações sexuais de um grupo social e determinado no resultado da luta dessa classe com outra, de interesses opostos.

O drama da sociedade atual é tão desesperador porque, enquanto diante dos nossos olhos vemos as atuais formas de união sexual desmoronarem-se e os princípios que as governavam serem descartados, dos estratos mais baixos da sociedade surgem novos aromas desconhecidos que nos fazem conceber esperanças risonhas de um novo modo de vida, e enchem a alma humana de nostalgia e ideais futuros, mas cuja realização não parece possível. Nós pertencemos a um mundo caracterizado pelo domínio da propriedade capitalista, um mundo de acentuadas contradições de classe e imbuído de uma moralidade individualista. Vivemos e pensamos sob o sinal funesto de uma solidão moral invencível. Esta solidão que cada pessoa sente nas vastas cidades populosas, tentadoras e ruidosas, esta solidão que não é dissipada pela companhia de amigos e companheiros, leva as pessoas de hoje, com uma ganância insalubre, à sua ilusória ideia de “alma gêmea” num ser do sexo oposto, pois só o amor possui o poder mágico de afastar, ainda que momentaneamente, a escuridão da solidão.

Em nenhum outro momento da história a solidão espiritual e moral foi experimentada com semelhante força e obstinação como na atualidade. Não poderia ser de outra forma. A noite é muito mais impenetrável quando se vê uma luz a brilhar ao longe.

E uma nova luz cintila perante os olhos dos individualistas contemporâneos que ainda estão apenas fracamente ligados ao coletivo, a outros indivíduos: a transformação das relações sexuais; a esta luz vemos que o fator cego e fisiológico dá lugar ao fator criativo: a solidariedade e a camaradagem. A moralidade individualista da propriedade do nosso tempo começa a sufocar as pes-

soas. A atual humanidade não se contenta em criticar a qualidade das relações entre os sexos, negando as formas externas prescritas pelo código da moral vigente. A sua alma solitária anseia pela renovação da própria essência das relações sexuais, deseja ardentemente encontrar o “amor verdadeiro”, essa grande força reconfortante e criadora que só por si pode afastar o frio fantasma da solidão de que sofrem os individualistas contemporâneos.

Se é verdade que três quartos da crise sexual são condicionados por relações externas, de natureza socioeconômica, não é menos verdade que o outro quarto se deve à nossa refinada psicologia individualista, tão cuidadosamente cultivada pela ideologia burguesa dominante. A humanidade contemporânea, como disse com razão o escritor alemão Meisel-Hess, é muito pobre em “potencial amoroso”. Os membros de ambos os sexos se buscam mutuamente, cada qual com o desejo de receber, por meio do outro, a maior satisfação possível dos prazeres espirituais e físicos para si próprio, usando o outro como meio. O amante ou o noivo não pensa de todo nos sentimentos, no trabalho psicológico que tem lugar na alma do amado.

Talvez não haja nenhuma outra relação humana como as relações sexuais, na qual se manifeste com tanta intensidade o individualismo grosseiro que caracteriza nossa época. Absurdamente a pessoa imagina que, para escapar à solidão moral que o rodeia, basta-lhe amar, reivindicar os seus direitos sobre outra pessoa. Só assim ele espera obter essa rara alegria: a harmonia de afinidade moral e compreensão entre dois seres. Nós, individualistas, estragamos as nossas emoções através da constante adoração do nosso “eu”. Continuamos a acreditar que podemos conquistar sem qualquer sacrifício a maior das alegrias humanas, o “verdadeiro amor”, não só para nós próprios, mas também para os nossos semelhantes. Acreditamos poder conquistar isso sem dar em troca a nossa própria personalidade.

Pretendemos conquistar toda a alma da pessoa amada, mas somos incapazes de respeitar a fórmula mais simples do amor: aproximarmo-nos da alma do outro, prontos a tê-la na mais alta consideração. Esta fórmula simples só nos será incutida pelas novas relações entre os sexos, relações que já começaram a manifestar-se e que se baseiam também em dois novos princípios: liberdade absoluta, por um lado, e igualdade e verdadeira solidariedade entre parceiros, por outro. Por enquanto, porém, a humanidade ainda tem de sofrer o frio da solidão moral, e não tem outra escolha senão sonhar com uma época melhor em que todas as relações humanas se caracterizem por sentimentos de solidariedade, o que será possível graças às novas condições de existência.

A crise sexual não pode ser resolvida sem uma transformação fundamental da psicologia humana, só pode ser superada pela acumulação do “potencial amoroso”. Mas esta transformação psíquica depende absolutamente da reorganização fundamental das nossas relações socioeconômicas numa base comunista. Se rejeitarmos esta “velha verdade”, o problema sexual não terá solução. Apesar de todas as formas de união sexual que a humanidade atual experimenta, a crise sexual não é resolvida em lado nenhum.

Em nenhum outro momento da história foram conhecidas tantas formas diferentes de união entre os sexos. Casamentos indissolúveis, com uma família firmemente constituída, e ao seu lado a união livre transitória; o adultério mantido no maior segredo, ao lado do casamento e da vida comum de uma jovem solteira com o seu amante; casamento “pela igreja”, casamento de dois e casamento “de três”, e mesmo a forma complicada de “casamento a quatro”, para não mencionar as muitas variantes da prostituição. A par destas formas de união, entre os camponeses e a pequena burguesia encontramos vestígios dos velhos costumes de castas, misturados com os princípios decadentes da família burguesa e individualista, a vergonha do adultério, a vida conjugal entre so-

gro e nora, e a liberdade absoluta para a jovem solteira. Sempre os mesmos “dois pesos e duas medidas”.

As atuais formas de união entre os sexos são tão contraditórias e confusas que nos vemos obrigados a perguntar-nos como é possível que um homem que manteve na sua alma a fé na firmeza dos princípios morais continue a aceitar estas contradições e a salvar estes critérios morais irreconciliáveis, que se destroem necessariamente uns aos outros. Nem a justificação comumente ouvida: “Vivo segundo os princípios de uma nova moralidade” resolve a questão, pois esta “nova moralidade” ainda se encontra em processo de formação. A tarefa consiste precisamente em fazer nascer esta nova moralidade, em extrair do caos das normas sexuais contraditórias atuais a forma, clarificar os princípios de uma moralidade que corresponda ao espírito da classe revolucionária em ascensão.

Para além do individualismo extremo, uma falha fundamental na psicologia da época atual, de um egocentrismo que se tornou um culto, a crise sexual é ainda agravada por dois outros fatores na psicologia contemporânea: a ideia do direito de propriedade de um ser sobre o outro e o antigo preconceito da desigualdade entre os sexos em todas as esferas da vida, incluindo a esfera sexual.

A moralidade burguesa, com a sua família individualista virada para o futuro, baseada inteiramente na propriedade privada, cultivou cuidadosamente a ideia de que um parceiro deve “possuir” completamente o outro. A burguesia tem conseguido perfeitamente inocular esta ideia na psicologia humana. O conceito de propriedade no casamento hoje em dia vai muito mais longe do que o conceito de propriedade nas relações sexuais no código aristocrático. No decurso do longo período histórico que passou sob os auspícios da “casta”, a ideia de posse da esposa pelo marido – a esposa não tinha direitos de propriedade sobre o marido – não se estendia para além da posse física. A esposa era obrigada a ser

fisicamente fiel ao seu marido, mas a sua alma não lhe pertencia de todo.

Os cavaleiros da Idade Média chegaram ao ponto de conceder às suas esposas o direito de ter adoradores platônicos e de receber o testemunho deste culto de cavaleiros e artesãos. O ideal da posse absoluta, da posse – não só do “eu” físico, mas também do “eu” espiritual – pelo marido, do ideal que admite a reivindicação dos direitos de propriedade sobre o mundo espiritual e emocional do amado, é um ideal que foi plenamente formado, e que também foi cultivado pela burguesia com o objetivo de fortalecer os fundamentos da família, para assegurar a sua estabilidade e força durante o período de luta pela conquista da sua predominância social. Não só aceitamos este ideal como nossa herança, como chegamos ao ponto de afirmar que ele é considerado como um “imperativo” moral indestrutível.

A ideia da propriedade se estende muito além do matrimônio legal. É um fator inevitável que penetra até na união amorosa mais “livre”. Os amantes da nossa época, apesar de seu respeito teórico pela liberdade, só se satisfazem com a consciência da fidelidade psicológica da pessoa amada. Com o fim de afugentar o fantasma ameaçador da solidão, penetramos, violentamente, na alma do ser amado, com uma crueldade e uma falta de delicadeza que será incompreensível à humanidade futura. Da mesma forma pretendemos fazer valer nossos direitos sobre o seu eu espiritual mais íntimo. O amante contemporâneo está disposto a perdoar mais facilmente uma infidelidade física do que uma infidelidade moral e pretende que lhe pertença cada partícula da alma da pessoa amada, que se estenda mais além dos limites de sua livre união. Ele considera qualquer sentimento experimentado fora dos limites do relacionamento livre como um desperdício, como um roubo imperdoável de tesouros que lhe pertenciam exclusivamente e, portanto, como um roubo cometido às suas próprias custas.

Tem a mesma origem a absurda indelicadeza que cometem constantemente dois amantes com relação a uma terceira pessoa. Todos tivemos ocasião de observar um fato curioso que se repete continuamente: dois amantes que mal tiveram tempo para se conhecerem em suas relações mútuas apressam-se a estabelecer seus direitos sobre as relações pessoais anteriores um do outro e a intervir na parte mais sagrada e mais íntima de sua vida. Dois seres que ontem eram estranhos um ao outro, hoje, apenas porque estão unidos por sensações eróticas comuns, apossam-se sobre as almas um do outro, a dispor da alma desconhecida e misteriosa sobre a qual o passado gravou imagens indeléveis e a se estabelecerem dentro de si como se estivessem em sua própria casa.

Esta ideia da posse recíproca de um casal amoroso estende seu domínio de tal forma que pouco nos surpreende um fato tão anormal quanto o seguinte: dois recém-casados viviam até ontem cada um com a sua própria vida; no dia seguinte à união, cada um deles abre sem o menor escrúpulo a correspondência do outro inteirando-se, conseqüentemente, do conteúdo da carta procedente de uma terceira pessoa que só tem relação com um deles e se converte em propriedade comum. Uma “intimidade” deste tipo só pode ser adquirida como resultado de uma união real entre almas no decorrer de uma longa vida comum de comprovada amizade. Mas geralmente existe a substituição mais injusta dessa intimidade genuína, uma substituição derivada da ideia errônea de que a intimidade física entre dois seres é motivo suficiente para a expansão do direito de propriedade também sobre a identidade moral.

O segundo fator que deforma a mentalidade contemporânea da humanidade, e que é uma razão para o agravamento da crise sexual, é a ideia de desigualdade entre os sexos, desigualdade de direitos na valorização de sua experiência física e emocional. A moral dupla, característica do código burguês e do código aristocrático, envenenou durante séculos a psicologia de homens e mu-

lheres e tornou muito mais difícil livrar-se de sua influência venenosa e ideias referentes à propriedade de um amante sobre o outro, herdadas da ideologia burguesa. A concepção de desigualdade entre os sexos, mesmo na esfera da experiência física e emocional, força medidas diferentes a serem constantemente aplicadas a atos idênticos, dependendo de qual sexo os tenha realizado. Mesmo o mais “progressista” dos burgueses, que há muito tempo é capaz de superar as prescrições do código moral em uso, será incapaz de escapar da influência do meio ambiente e fará um julgamento completamente diferente, segundo se trate de um homem ou de uma mulher. Basta um exemplo vulgar: imaginemos que um intelectual burguês, um cientista, um homem envolvido em assuntos políticos e sociais, ou seja, “uma personalidade”, se apaixone por sua cozinheira – o que, aliás, acontece com bastante frequência –, e até se case com ela. Será que a sociedade burguesa mudará assim seu comportamento em relação à “personalidade” deste homem? Será que questionará sua “personalidade”? Será que duvidará de suas qualidades morais?

Naturalmente, não. Agora tomemos outro exemplo: uma mulher pertencente à sociedade burguesa, uma mulher respeitável, considerada, uma professora, médica ou escritora, uma mulher, em suma, “com personalidade”, apaixona-se por um criado e chega ao clímax do escândalo, consolidando esta questão com um matrimônio legal. Qual será a atitude da sociedade burguesa em relação a esta mulher até então respeitada? A sociedade, naturalmente, a atormentará com seu desprezo. Mas, será muito mais terrível se seu marido, o criado, possuir uma bela fisionomia ou outros atrativos de caráter físico. Nossa hipócrita sociedade burguesa julgará sua escolha da seguinte forma: “até onde desceu essa mulher”?

A sociedade burguesa não pode perdoar a mulher que se atreve a dar um caráter demasiado individual à escolha do homem

que ela ama. Segundo a tradição herdada dos costumes de casta, a sociedade pretende que a mulher continue levando em conta, no momento de entregar-se, uma série de considerações de graus e hierarquias sociais, a respeito do meio familiar e dos interesses da família. A sociedade burguesa não pode considerar a mulher como uma pessoa independente, separada da célula familiar; é bastante impossível para essa sociedade, apreciá-la como uma personalidade fora do círculo estreito das virtudes e deveres familiares.

A sociedade contemporânea vai muito mais longe que a ordem antiga na tutela que exerce sobre a mulher. Não só lhe prescreve casar-se unicamente com homens “dignos” dela, como lhe proíbe, inclusive, que chegue a amar um ser que lhe é socialmente “inferior”.

Estamos acostumados a ver homens de altíssimo nível moral e intelectual escolherem como parceira de vida uma mulher insignificante e vazia, que não corresponde, de forma alguma, ao valor do esposo. Consideramos isto como completamente normal e, portanto, nem sequer digno de nossa consideração. Tudo o que pode acontecer é que os amigos “lamentam que Ivan Ivanovitch tenha casado com uma mulher insuportável”. O caso muda se for uma mulher. Então, nossa indignação não tem limites e a expressamos com frases como a seguinte: “Como é possível que uma mulher tão inteligente como Maria Petrovna possa amar um “joão-ninguém” assim! Teremos que pôr em dúvida sua inteligência.”

Qual é a razão para esta forma diferente de julgar as coisas, e qual é a causa de uma apreciação tão distintamente contrária? Esta diversidade de critérios não tem outra origem senão a ideia de desigualdade entre os sexos, uma ideia que foi difundida na humanidade por séculos e séculos e que acabou tomando conta de nossa mentalidade de forma orgânica. Estamos acostumados a valorizar as mulheres não como personalidades, com qualidades e

defeitos individuais independentes de suas sensações psicofísicas. Para nós, as mulheres apenas têm valor como acessórios para os homens. O homem, marido ou amante, projeta sobre a mulher o reflexo de sua própria luz; é a ele, e a ela por si mesma que tomamos em consideração como o verdadeiro elemento determinante da estrutura espiritual e moral da mulher. Por outro lado, quando avaliamos a personalidade do homem, fazemos antecipadamente uma abstração total de seus atos em relação às suas relações sexuais. A personalidade de uma mulher, por outro lado, é valorizada quase que exclusivamente em relação à sua vida sexual. Este modo de apreciar o valor da personalidade da mulher deriva do papel que as mulheres desempenharam durante tantos séculos, e só agora uma reavaliação destas atitudes está sendo realizada lentamente, pelo menos em termos gerais.

A atenuação dessas concepções falsas e hipócritas só pode ser alcançada através da transformação do papel econômico da mulher na sociedade e de sua entrada independente na vida do trabalho e produção.

Os três fatores fundamentais que distorcem nossa mente, e que devem ser enfrentados para que o problema sexual seja resolvido, são: o egocentrismo extremado, a ideia do direito de propriedade dos esposos entre si, e o conceito de desigualdade entre os sexos no âmbito de suas experiências físicas e emocionais. Esses três fatores obstaculizam o caminho que conduz à solução do problema sexual. A humanidade não encontrará uma solução para este problema até que tenha acumulado em sua psicologia reservas suficientes de “sentimentos sutis”, até que sua capacidade de amar seja aumentada, até que o conceito de liberdade no casamento e na união livre seja um fato consolidado. Em resumo, até que o princípio de camaradagem triunfe sobre os conceitos tradicionais de desigualdade e subordinação nas relações entre os

sexos. Sem uma reconstrução total e fundamental de nossa psicologia, o problema sexual não terá solução.

Mas esta condição prévia não será uma utopia desprovida de estrutura, uma utopia sobre a qual os sonhadores idealistas baseiam suas considerações ingênuas? Tentemos aumentar a “capacidade de amar” da humanidade; os sábios de todos os povos, de Buda e Confúcio a Cristo, não estavam engajados nesta tarefa desde tempos imemoriais? Mas será que alguém acredita que a “capacidade de amar” aumentou, desde então, na humanidade? Reduzir a questão da crise sexual a utopias deste tipo, por mais bem-intencionadas que sejam, não é isto praticamente um reconhecimento de fraqueza e uma renúncia à busca da solução desejada?

Vejam se isso é verdade: a reeducação básica de nossa psicologia e nossa abordagem das relações sexuais é algo tão improvável, tão distante da realidade? Não poderíamos dizer que, ao contrário, enquanto grandes mudanças sociais e econômicas estão em curso, as condições que estão sendo criadas exigem e dão origem a uma nova base para a experiência psicológica que está em consonância com o que temos falado? Destronando a burguesia e a sua ideologia de classe, derrubando seu código individualista da moral sexual, avança uma nova classe, um novo grupo social. Essa classe ascendente, de vanguarda, traz em si necessariamente os ventos de novas relações entre os sexos, intimamente ligadas às suas tarefas sociais de classe.

A complexa evolução das relações socioeconômicas que passa diante de nossos olhos, que transtorna todos os nossos conceitos sobre o papel da mulher na vida social e destrói os fundamentos da moral sexual burguesa, traz consigo dois fatores que, à primeira vista, parecem contraditórios. Por um lado, observamos os esforços incansáveis da humanidade para se adaptar às novas condições sócioeconômicas. Isto se manifesta ou na tentativa de preservar as “velhas formas”, dando-lhes um novo conteúdo (a

manutenção da forma externa de casamento indissolúvel, severamente monogâmico, mas ao mesmo tempo reconhecendo a liberdade dos esposos), ou, ao contrário, na aceitação de novas formas que, no entanto, trazem dentro de si todos os elementos do código moral do casamento burguês (a união livre na qual o direito de propriedade mútua dos dois esposos unidos “livremente” excede os limites do direito de propriedade do casamento legal). Por outro lado, não podemos deixar de assinalar o aparecimento, vagaroso, porém constante, de novas formas de relação entre os sexos. Novas, não tanto pela forma exterior como pelo caráter de suas regras de vida.

A humanidade hesita em sondar esses novos ideais, mas basta examiná-los de perto para reconhecer neles – apesar da falta de contornos claros –, as características que os ligam estreitamente às tarefas de classe do proletariado, às quais lhe compete tomar a fortaleza do futuro.

Aquele que quer encontrar no labirinto das normas sexuais contraditórias a semente das relações mais sadias entre os sexos –, e que prometem libertar a humanidade da crise sexual que essa atravessa –, deve necessariamente abandonar os bairros onde habitam as elites, com sua refinada psicologia individualista, e olhar as casas amontoadas dos operários, nas quais, em meio à obscuridade e ao horror gerados pelo capitalismo, surgem, apesar de tudo, fontes que vivificam o amor e abrem caminho a um novo tipo de entendimento entre homens e mulheres.

Entre a classe operária, sob a pressão de duras condições econômicas e o jugo implacável da exploração capitalista, observa-se o duplo processo que acabamos de mencionar. A influência destrutiva do capitalismo, que aniquila todos os fundamentos da família da classe trabalhadora, obriga o proletariado a se adaptar “instintivamente” às condições do mundo ao seu redor, trazendo

assim uma série de fatos referentes às relações entre os sexos, análogos aos que ocorrem também em outras camadas da sociedade.

Devido aos baixos salários, o trabalhador atrasa contínua e inevitavelmente a idade para o casamento. Enquanto há vinte anos um trabalhador podia se casar entre os vinte e dois e vinte e cinco anos de idade, hoje ele ou ela não pode começar um lar até por volta dos trinta anos de idade. Além disso, quanto mais desenvolvidas são as necessidades culturais do trabalhador, mais ele valoriza a possibilidade de acompanhar o ritmo da vida cultural, de ir ao teatro, assistir palestras, ler jornais, dedicar o tempo que o trabalho o deixa livre para a luta sindical, para a política, para uma atividade pela qual ele gosta, para a arte, para a leitura, etc., e mais se eleva a idade em que o trabalhador tende a se casar. Entretanto, as necessidades fisiológicas não levam em conta sua situação financeira, são necessidades vitais que não podem ser dispensadas. Tanto o trabalhador “solteiro” como o burguês “solteiro”, “resolve” seu problema voltando-se para a prostituição. Este é um exemplo da adaptação passiva da classe trabalhadora às condições desfavoráveis de sua existência. E, por causa do nível bastante baixo dos salários, a família operária vê-se obrigada a resolver o problema do nascimento dos filhos do mesmo modo que as famílias burguesas.

A frequência dos infanticídios e o aumento da prostituição são duas expressões do mesmo processo. Ambos são meios de adaptação passiva do operário à terrível realidade ao seu redor. Mas, o que não se pode esquecer é que nesse processo não há nada que caracterize, propriamente, o proletariado. Essa adaptação passiva é própria de todas os setores e classes sociais envolvidos no processo mundial de desenvolvimento do capitalismo.

A linha de diferenciação começa, precisamente, quando entram em jogo os princípios ativos e criadores; a delimitação começa onde já não se trata de uma adaptação, mas de uma reação

à realidade opressora. Ela começa onde novos ideais nascem e se expressam, onde tímidas tentativas de relações sexuais dotadas de um novo espírito, emergem. Ainda mais: devemos assinalar que este processo de reação se inicia apenas entre a classe trabalhadora.

Isto não quer dizer que as outras classes e camadas da sociedade, principalmente a dos intelectuais burgueses que, pelas condições de sua existência social, se encontra mais próxima da classe operária, não se apoderem dos elementos novos que o proletariado cria e desenvolve. A burguesia, impulsionada pelo desejo instintivo de injetar vida nova às suas formas moribundas e diante da impotência de suas diversas formas de relações sexuais, aprende rapidamente as novas formas que a classe operária traz consigo. Mas, infelizmente, nem os ideais nem o código da moral sexual, elaborados gradativamente pelo proletariado, correspondem à essência moral das exigências da classe burguesa. Portanto, enquanto a moral sexual, nascida das necessidades da classe operária, torna-se para ela num instrumento novo da luta social, os “modernismos” de segunda mão que dessa moral extrai a burguesia, só destroem de forma definitiva a base de sua superioridade social. Vamos ilustrar isso com um exemplo: a tentativa dos intelectuais burgueses de substituir o matrimônio indissolúvel pelos laços mais livres, mais facilmente separáveis do matrimônio civil, atinge os fundamentos da estabilidade social da burguesia, fundamentos que não podem ser outros senão a família monogâmica baseada no conceito da propriedade.

Na classe trabalhadora, sucede tudo ao contrário. A maior liberdade na união entre os sexos condiz, totalmente, com as suas tarefas históricas fundamentais e até podemos dizer que derivam diretamente dessas tarefas. O mesmo acontece com a negação do conceito de subordinação no casamento que rompe os últimos laços artificiais da família burguesa. O contrário acontece na classe

proletária. O fator de subordinação de um membro desta classe social a um outro, assim como o conceito de passividade nas relações, tem efeitos nocivos hostis ao psicológico do proletariado. Não convém, de modo algum, aos interesses da classe revolucionária “amarrar” um de seus membros, visto que cada um de seus representantes independentes, têm antes de tudo a incumbência e o dever de servir aos interesses de sua classe e não aos de uma célula familiar isolada.

O dever do membro da sociedade proletária é, antes de tudo, contribuir para o triunfo dos interesses de sua classe, por exemplo, atuar nas greves e participar em todo o momento da luta. A moral com que a classe trabalhadora julga todos estes atos caracteriza com perfeita clareza a base da nova moral proletária.

Suponhamos que um empresário, movido unicamente por seus interesses familiares, retire dos negócios seu capital, num momento crítico para a empresa. Sua ação, julgada do ponto de vista da moral burguesa não pode ser mais evidente, “porque os interesses da família devem vir em primeiro lugar”. Vamos agora comparar este julgamento com a atitude dos trabalhadores em relação ao grevista, que vai trabalhar durante o conflito para que sua família não passe fome. Os interesses de classe vêm em primeiro lugar neste exemplo. Agora representemos um marido burguês que conseguiu por seu amor e devoção à sua família manter sua esposa integrada apenas aos seus deveres enquanto dona de casa e de uma mulher inteiramente dedicada aos cuidados de seus filhos. O julgamento da sociedade burguesa será: “um marido ideal que tenha conseguido criar uma família ideal”.

Mas qual seria a atitude dos trabalhadores para um membro consciente de sua classe que tentasse manter sua mulher afastada da luta social? A moral da classe exige, a custo inclusive da felicidade individual, a custo da família, a participação da mulher na luta pela vida que transcorre fora dos muros de seu lar. Manter

a mulher em casa, colocar em primeiro lugar os interesses familiares, propagar a ideia do direito absoluto de propriedade de um esposo sobre sua mulher, são atos que violam o princípio fundamental da ideologia da classe trabalhadora, que destroem a solidariedade e a camaradagem e que quebram as correntes que unem todo o proletariado. O conceito de posse de um indivíduo sobre o outro, a ideia de subordinação e de desigualdade dos membros de uma mesma classe, são conceitos que contrariam a essência do conceito de camaradagem, que é o princípio mais fundamental do proletariado.

Este princípio básico da ideologia da classe em ascensão é o que colore e determina o código recém-formado da moral sexual do proletariado, por meio do qual a psicologia da humanidade se transforma e vem a adquirir um acúmulo de sentimentos de solidariedade e liberdade em vez do conceito de propriedade, um acúmulo de camaradagem em vez dos conceitos de desigualdade e subordinação.

É uma velha verdade que cada nova classe emergente, nascida como consequência de uma cultura material diferente daquela do estágio anterior de evolução econômica, enriquece toda a humanidade com uma nova ideologia característica desta classe. O código da moral sexual constitui parte integrante dessa nova ideologia. Portanto, basta pronunciar as expressões “ética proletária” e “moral proletária”, para escapar da trivial argumentação: a moral sexual proletária não é no fundo mais do que uma “superestrutura”, enquanto não se experimenta a total transformação da base econômica, não pode haver lugar para ela. Como se uma ideologia, de qualquer tipo, não fosse formada até que a transformação das relações socioeconômicas necessárias para garantir o domínio da classe em questão tivesse ocorrido! A experiência da história ensina que a elaboração da ideologia de um grupo social, e consequentemente também da moral sexual, ocorre durante o

próprio processo de luta deste grupo contra forças sociais adversas.

A classe revolucionária só pode fortalecer sua posição social com a ajuda de novos valores espirituais, extraídos de seu próprio seio e que correspondam plenamente às suas tarefas como uma classe em ascensão; somente através de novas normas e ideais poderá conquistar o poder contra os grupos antagônicos.

A tarefa dos ideólogos da classe trabalhadora, portanto, é buscar o critério moral fundamental, que é o produto dos interesses específicos da classe trabalhadora, e harmonizar as normas sexuais emergentes com este critério.

Já é hora de compreender que, unicamente depois de ter sondado o processo criador que se realiza mais em baixo, nos estratos sociais mais profundos, processo que engendra novas necessidades, novos ideais e formas, será possível visualizar o caminho através do caos contraditório das relações sexuais e desembaraçar o emaranhado do problema sexual.

Devemos recordar que o código da moral sexual, em harmonia com as tarefas fundamentais da classe, pode converter-se em poderoso instrumento, fortalecendo a posição de luta da classe em ascensão. Por que não utilizar este instrumento para o interesse da classe trabalhadora, em sua luta para o estabelecimento do regime comunista e, ao mesmo tempo, também estabelecer novas relações entre os sexos que sejam mais perfeitas e felizes?